PEDAGOGIA PARTICIPATIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO CENTRADA NO PROTAGONISMO INFANTIL

MARIA ODETE RIBEIRO DOS SANTOS

RESUMO

A pedagogia participativa emerge como uma abordagem educativa que rompe com os modelos tradicionais centrados na figura do professor como transmissor de conhecimento. Em vez disso, propõe uma relação horizontal, em que educadores e alunos constroem juntos o processo de ensino-aprendizagem, com base no diálogo, no respeito mútuo e na valorização da escuta ativa. Diversos autores e autoras têm contribuído para consolidar esse paradigma, entre eles Pikler, Kalo, Ribeiro, Tisuko, Dubovik e Cippitelli, e Formosinho. Suas abordagens, embora distintas, convergem em princípios fundamentais da pedagogia participativa.A ampliação dessa perspectiva evidencia uma profunda mudança na maneira como compreendemos o papel da criança na educação. Em vez de ser vista como receptora passiva de conteúdos, a criança é reconhecida como sujeito competente, capaz de interpretar o mundo, levantar hipóteses, expressar interesses e participar ativamente das decisões que envolvem sua aprendizagem. Assim, o adulto deixa de assumir uma posição hierárquica rígida e passa a atuar como mediador, pesquisador e parceiro no processo educativo.Autores como Pikler enfatizam a importância da autonomia e da liberdade de movimento, destacando que a observação sensível do educador possibilita intervenções mais ajustadas às necessidades da criança. Já Kalo e Ribeiro defendem práticas pautadas pelo diálogo, pela construção coletiva de sentidos e pelo reconhecimento das múltiplas linguagens infantis. Tisuko e Dubovik e Cippitelli ampliam essa discussão ao evidenciar que o ambiente educativo, quando organizado de forma estética, acessível e intencional, favorece a participação ativa e a experimentação. Formosinho, por sua vez, reforça a necessidade de escutar a criança em sua integralidade, considerando suas expressões, interesses e modos de ser como elementos essenciais na estruturação do currículo.A pedagogia participativa, portanto, implica repensar tempos, espaços e relações. Ela convida educadores a adotar uma postura investigativa, a promover práticas de documentação pedagógica, a valorizar os processos mais do que os produtos e a construir uma cultura de cooperação e corresponsabilidade. Além disso, destaca a centralidade da afetividade e do vínculo como pilares para a criação de ambientes seguros, nos quais a criança se sinta encorajada a explorar, questionar e criar.Ao integrar esses diferentes aportes teóricos, a pedagogia participativa consolida-se como uma abordagem que promove o desenvolvimento integral, fortalece a autonomia e incentiva a formação de sujeitos críticos e socialmente engajados. Trata-se, acima de tudo, de uma pedagogia que reconhece a potência da infância e aposta na construção compartilhada do conhecimento como caminho para uma educação mais democrática, humana e significativa.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, diferentes correntes educacionais têm questionado os modelos tradicionais de ensino, que posicionam o professor como figura central e transmissora do conhecimento, enquanto o aluno assume um papel passivo e receptivo. Em contrapartida, a pedagogia participativa surge como uma proposta transformadora, pautada em princípios de escuta ativa, diálogo, cooperação e protagonismo estudantil. Essa abordagem valoriza a construção coletiva do conhecimento, reconhecendo educadores e alunos como sujeitos que aprendem em interação, dentro de uma relação horizontal e respeitosa.

Mais do que uma metodologia, a pedagogia participativa configura-se como uma postura ética e política diante do ato educativo, na qual o respeito à autonomia, o reconhecimento das diversidades e a corresponsabilidade no processo de aprendizagem tornam-se elementos centrais. O papel do educador, nesse contexto, é ressignificado: ele deixa de ser o único detentor do saber para assumir a função de mediador, escutador e facilitador de experiências significativas.

Diversos pensadores e pesquisadores vêm contribuindo para o fortalecimento desse paradigma participativo na educação. Entre eles, destacam-se nomes como Pikler (2018), que propõe uma educação baseada na autonomia e no respeito ao ritmo da criança desde a primeira infância; Kalo, que traz aportes da psicologia social e comunitária para valorizar a participação ativa das crianças; Ribeiro, com suas metodologias centradas no diálogo e na colaboração; e Morchida, cujas práticas inovadoras favorecem a construção do conhecimento de forma compartilhada.

Somam-se a essas contribuições os estudos de Dubovik e Cippitelli, que aprofundam o conceito de construtividade na aprendizagem, e de Paulo Formosinho (2018), defensor de uma educação inclusiva e centrada no protagonismo infantil. Apesar de suas trajetórias distintas, esses autores convergem na defesa de uma educação mais democrática, sensível e comprometida com o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir as principais contribuições desses pensadores para a consolidação da pedagogia participativa, evidenciando como suas propostas se articulam na construção de práticas educativas mais humanizadas, dialógicas e transformadoras. Nas pedagogias participativas, a criança é reconhecida como sujeito ativo de sua própria história ,autora e protagonista, agente de transformação e participante do processo. É vista tanto como indivíduo único quanto como ser social; como pessoa e cidadã, que utiliza e cria elementos culturais.

Essa criança é autônoma, colaborativa e capaz, com direitos e responsabilidades. É reflexiva, crítica, envolvida ativamente nas relações com o mundo, com os outros, com os objetos e com o conhecimento. Ela pensa, sente, questiona, concorda e discorda; tem uma identidade construída nas relações e atua nos espaços onde está inserida, buscando ser respeitada e respeitar os outros.

1.0 PEDAGOGIA PARTICIPATIVA E PEDAGOGIA TRANSMISSIVA: ENTENDENDO AS DIFERENÇAS

A educação, ao longo da história, passou por diversas transformações em suas metodologias e abordagens. Duas das mais discutidas e contrastantes são a pedagogia transmissiva e a pedagogia participativa. Enquanto a primeira representa uma visão mais tradicional de ensino, centrada no professor e na transmissão de conteúdos prontos, a segunda propõe uma abordagem mais dialógica, centrada no estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem. Compreender as diferenças entre essas duas correntes é fundamental para repensar práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas.

1.1 PEDAGOGIA TRANSMISSIVA: O MODELO TRADICIONAL

A pedagogia transmissiva é marcada por uma abordagem tradicional, centrada na figura do professor como autoridade máxima no processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, o conhecimento é entendido como algo pronto e acabado, que deve ser repassado do educador para o educando de forma vertical e unidirecional. O professor assume o papel de detentor exclusivo do saber, enquanto os alunos são posicionados como receptores passivos, cuja principal função é ouvir, memorizar e reproduzir as informações recebidas.

Esse modelo pedagógico valoriza mais a repetição de conteúdos do que a construção de saberes significativos, muitas vezes desconsiderando os interesses, experiências prévias e a realidade dos estudantes. O diálogo é limitado, e a avaliação costuma se concentrar em testes padronizados, voltados para a memorização, em vez de estimular o pensamento crítico, a criatividade e a autonomia.

Embora tenha sido dominante por muitos anos, essa abordagem tem sido amplamente questionada por não favorecer o protagonismo do aluno nem o desenvolvimento de competências essenciais para a vida em sociedade. Em contrapartida, modelos mais participativos e interativos de educação buscam transformar essa lógica, reconhecendo os estudantes como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, capazes de refletir, criar, argumentar e colaborar na construção do conhecimento.

Características principais:

- Centralidade do professor: O educador é a principal fonte de saber e autoridade no processo de ensino.
- Foco na memorização: O conteúdo é repassado de forma expositiva, priorizando

a memorização e a repetição.

- Avaliação quantitativa: Avaliações focam em resultados e na capacidade de reproduzir conteúdos.
- Pouca interação: Há baixo incentivo ao diálogo, à troca de ideias ou à construção coletiva do conhecimento.

Esse modelo tem raízes na educação bancária, criticada por Paulo Freire, em que o conhecimento é "depositado" no aluno, sem conexão com sua realidade, experiências ou contextos.

1.2 PEDAGOGIA PARTICIPATIVA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA E ATIVA

Em contraste, a pedagogia participativa propõe uma prática educativa dialógica, crítica e colaborativa, na qual os alunos participam ativamente da construção do conhecimento, valorizando suas experiências e saberes prévios.

Características principais:

- Centralidade do estudante: O aluno é sujeito ativo, que questiona, propõe e constrói sentido para o que aprende.
- Metodologias ativas: Utiliza estratégias como debates, projetos, estudos de caso, rodas de conversa, entre outros.
- Avaliação formativa: A avaliação considera o processo de aprendizagem e não apenas os resultados.
- Educação contextualizada: O conteúdo se conecta com a realidade dos alunos, promovendo reflexão crítica e transformação social.

Essa pedagogia se fundamenta em autores como Paulo Freire, Lev Vygotsky e John Dewey, que defendem a aprendizagem como um processo social, interativo e transformador.

1.3 IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA EDUCATIVA

Adotar uma pedagogia participativa não implica rejeitar por completo os princípios da pedagogia transmissiva. Em determinadas situações, especialmente quando se trata da introdução de novos conceitos ou da sistematização de conhecimentos, a exposição direta do conteúdo pelo educador pode ser válida e até necessária. No entanto, a grande diferença está na forma como esse conteúdo é trabalhado e, principalmente, no papel que é atribuído à criança dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Na pedagogia participativa, a criança deixa de ser vista como um recipiente passivo que apenas absorve informações prontas. Em vez disso, ela é reconhecida como sujeito ativo, capaz de pensar, questionar, propor ideias e construir conhecimentos em interação com os outros e com o meio. Essa abordagem favorece o desenvolvimento da autonomia, pois a criança é constantemente estimulada a tomar decisões, resolver problemas, expressar suas opiniões e refletir sobre suas próprias ações e aprendizagens.

Ao participar ativamente das experiências educativas, a criança desenvolve um senso de responsabilidade sobre o que aprende e como aprende. Essa construção de sentido fortalece o vínculo com o conhecimento e torna a aprendizagem mais significativa. Além disso, o educador assume o papel de mediador, alguém que observa, escuta, provoca e apoia o pensamento infantil, em vez de apenas transmitir informações de forma unidirecional.

Portanto, a pedagogia participativa contribui não apenas para a formação cognitiva da criança, mas também para seu crescimento social e emocional, promovendo um ambiente educativo mais democrático, colaborativo e centrado na escuta e no respeito às potencialidades de cada um.

a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere (BRASIL, 2013, p. 86).

A pedagogia participativa valoriza a escuta, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, o que contribui para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da cidadania. Já a pedagogia transmissiva tende a formar estudantes reprodutores de conteúdo, com menor capacidade de intervenção crítica na sociedade.

A distinção entre pedagogia transmissiva e participativa vai além de métodos: envolve concepções de sujeito, de conhecimento e de sociedade. Enquanto a primeira ancora-se em um modelo hierárquico e autoritário, a segunda propõe uma educação mais democrática, onde todos aprendem e ensinam

ao mesmo tempo. Para uma educação mais significativa, inclusiva e transformadora, o caminho participativo apresenta-se como uma proposta coerente com os desafios do mundo contemporâneo.

2. AUTORES REFERÊNCIAS NA PEDAGOGIA PARTICIPATIVA

A pediatra húngara Pikler (2018) (2018) trouxe importantes reflexões sobre o desenvolvimento infantil, com base em sua experiência à frente do Instituto Lóczy, em Budapeste, onde desenvolveu uma abordagem inovadora de cuidado e educação para bebês e crianças pequenas. Sua proposta rompe com modelos tradicionais que tratam a criança como um ser passivo, dependente exclusivamente das ações do adulto para se desenvolver. Para Pikler (2018) (2018), cada criança possui uma competência inata para aprender, desde que lhe sejam oferecidas condições adequadas para isso.

No centro de sua abordagem está o respeito ao ritmo individual e à autonomia da criança. Ela defende que o desenvolvimento saudável ocorre quando a criança pode movimentar-se livremente, explorar o ambiente com segurança e interagir com adultos que não apenas cuidam, mas se relacionam com ela de forma sensível, atenta e respeitosa. Em vez de impor estímulos, o papel do adulto é o de um observador cuidadoso, que oferece apoio sem interferir no processo espontâneo de descoberta.

Para Pikler (2018) , a aprendizagem não é um processo que deve ser acelerado artificialmente, mas sim um percurso construído pela própria criança por meio de sua ação no mundo. Assim, o brincar livre, o tempo para experimentar e o direito de errar fazem parte de um contexto em que o aprendizado ocorre de forma natural e prazerosa.

Essa visão tem profunda afinidade com os princípios da pedagogia participativa, pois propõe uma mudança de postura do educador: de transmissor de conhecimento para facilitador do desenvolvimento. A criança passa a ser vista como protagonista ativa, capaz de tomar decisões, fazer escolhas, se expressar e construir sentido sobre o mundo que a cerca.

Outro ponto fundamental da abordagem de Pikler (2018) é a qualidade do vínculo entre adulto e criança. Ela acreditava que os momentos de cuidado — como alimentar, trocar fraldas ou dar banho — deveriam ser feitos com presença, respeito e comunicação. Esses momentos não são apenas funcionais, mas oportunidades ricas de interação afetiva e construção de confiança, que também colaboram para o desenvolvimento emocional e social da criança.

Em ambientes educativos inspirados por Pikler (2018) (2018), observa-se uma organização do espaço e dos materiais que favorece a autonomia: os objetos estão ao alcance das crianças, as áreas de movimentação são planejadas para permitir exploração segura, e o adulto atua como presença constante, porém não invasiva. Isso cria um cenário em que a criança se sente segura para se arriscar, testar hipóteses e construir conhecimento por si mesma.

Pikler (2018) contribui de maneira essencial para a pedagogia participativa ao reconhecer o valor da escuta, do respeito e da liberdade no processo de aprendizagem infantil. Sua abordagem continua inspirando práticas educativas que valorizam o protagonismo da criança, a construção de vínculos significativos e a criação de ambientes ricos em possibilidades, nos quais aprender é um ato de liberdade e expressão individual.

Sua abordagem é uma das bases da pedagogia participativa, pois reconhece a criança como sujeito ativo e competente. Em vez de impor atividades, o educador é convidado a observar, escutar e interagir respeitosamente, promovendo um espaço em que o aprender nasce da curiosidade e da ação livre.

A psicóloga e educadora Kalo, com sua formação em psicologia social e comunitária, defende processos educacionais que valorizem a participação efetiva dos alunos. Em sua visão, o conhecimento não é algo que se transfere, mas que se constrói coletivamente. Kallo destaca a importância do diálogo e da escuta ativa como elementos centrais nas práticas pedagógicas, propondo que os estudantes sejam envolvidos desde a formulação das perguntas até a avaliação dos processos. Essa abordagem rompe com a lógica da educação verticalizada e autoritária, que historicamente reduziu o papel do aluno à simples recepção e repetição de conteúdo. Ao contrário, insere o estudante como protagonista da própria aprendizagem, capaz

de questionar, refletir, construir e transformar o conhecimento de forma coletiva e situada.

Essa perspectiva está profundamente enraizada nos princípios da pedagogia participativa, que compreende a educação como um processo dialógico, crítico e emancipador. Nessa abordagem, o saber não é um bem exclusivo do professor, mas resultado da interação entre sujeitos diversos, que compartilham experiências, visões de mundo e compreensões sobre a realidade. O professor, portanto, assume o papel de mediador e facilitador, criando condições para que o conhecimento seja produzido em conjunto com os alunos, respeitando seus repertórios culturais, suas inquietações e seus modos próprios de aprender.

Além desses aspectos, foi preciso refletir também acerca dos motivos pelos quais as crianças devem ser ouvidas e participar das decisões tanto no grupo de crianças em que estão inseridas quanto na escola.

desenvolver práticas mais democráticas junto das crianças pequenas permitirá que desde cedo elas criem um sentimento de pertença social, percebendo que sua opinião e argumentos são considerados e importantes para as decisões coletivas. (AGOSTINHO; DEMÉTRIO; BODENMÜLLER, 2015, p. 231).

Ao envolver as crianças na construção das perguntas, a pedagogia participativa os convida a exercer uma postura investigativa diante do mundo, desenvolvendo competências como a curiosidade, o pensamento crítico e a autonomia intelectual. Da mesma forma, ao integrá-los nos processos avaliativos, reconhece que a avaliação não deve ser um instrumento de controle ou punição, mas um espaço de reflexão, diálogo e autorreconhecimento dos avanços, dificuldades e possibilidades de aprendizagem.

Nesse contexto, o diálogo pedagógico deixa de ser uma simples troca de informações e se torna uma prática ética e política, comprometida com a formação de sujeitos ativos, conscientes e comprometidos com a transformação da sociedade. A pedagogia participativa, como propõe Kallo, rompe com o paradigma da transmissão e propõe uma nova cultura escolar: mais democrática, colaborativa e significativa, onde todos aprendem com todos e onde o conhecimento ganha sentido por sua capacidade de provocar mudanças concretas no cotidiano dos educandos.

Assim, mais do que uma metodologia, a pedagogia participativa representa uma postura pedagógica comprometida com a escuta, a inclusão e a justiça social, sendo um caminho potente para a construção de uma escola mais humana, crítica e transformadora.

Ribeiro é uma autora que sistematiza metodologias participativas em contextos educativos. Suas propostas destacam a importância de práticas centradas no diálogo, na escuta e na colaboração entre educadores e estudantes. Ribeiro propõe que os alunos participem ativamente do planejamento das atividades, escolhendo temas, formas de organização e estratégias de avaliação.

Ao defender a corresponsabilidade no processo educacional, Ribeiro amplia o conceito de participação, incluindo elementos da gestão democrática da sala de aula. Assim, sua contribuição fortalece a ideia de que a aprendizagem é mais significativa quando há envolvimento ativo e consciência coletiva do processo. Ribeiro tem se destacado no campo da educação por sua contribuição na sistematização de metodologias participativas em contextos escolares. Em sua obra "Reivindicando uma Abordagem Participativa com DNA Brasileiro" (2023), Ribeiro propõe uma pedagogia que vai além da simples adoção de técnicas ativas. Sua abordagem defende uma prática educativa fundamentada no diálogo, na escuta sensível e na colaboração horizontal entre educadores e estudantes.

Para Ribeiro, a participação não é um adorno metodológico, mas sim um princípio estruturante da prática pedagógica, que deve estar presente desde o planejamento até a avaliação das aprendizagens. Nesse sentido, ela propõe que os estudantes participem ativamente da escolha dos temas a serem abordados, das formas de organização das aulas e das estratégias de avaliação, rompendo com o modelo de ensino em que essas decisões são exclusivamente tomadas pelo professor. Ao fazer isso, Ribeiro propõe uma educação mais dialógica e compartilhada, na qual todos são corresponsáveis pelos caminhos percorridos no processo de aprendizagem.

Sua proposta é fortemente marcada por uma leitura crítica da realidade brasileira. O conceito de um "DNA brasileiro" na abordagem participativa busca resgatar elementos da cultura popular, da pedagogia libertadora e dos movimentos sociais do país. Bruna Ribeiro reivindica uma educação que seja, ao mesmo tempo, crítica, afetiva, engajada e situada no contexto sociocultural dos estudantes, dialogando com autores como Paulo Freire e com práticas comunitárias que historicamente valorizam a coletividade e o engajamento socia

Ao defender a corresponsabilidade no processo educacional, Ribeiro amplia o conceito tradicional de participação, incorporando os princípios da gestão democrática da sala de aula. Isso significa compreender o espaço escolar como um ambiente de convivência política e ética, onde as decisões são tomadas em conjunto, e as relações são baseadas no respeito, na cooperação e na justiça.

Essa perspectiva reforça a ideia de que a aprendizagem se torna mais significativa quando há envolvimento ativo, escuta mútua e consciência coletiva sobre os objetivos e percursos educativos. Para Ribeiro, o aprendizado não se dá apenas na apropriação de conteúdos, mas também na forma como esses conteúdos são construídos e vivenciados por todos os envolvidos no processo.

Com sua proposta, Ribeiro contribui para fortalecer a pedagogia participativa como uma alternativa potente à educação transmissiva, desafiando modelos centrados na autoridade e no controle, e abrindo espaço para uma prática mais democrática, afetiva e libertadora. Ao articular teoria e prática com base na realidade brasileira, sua obra representa um avanço importante para educadores comprometidos com a transformação social por meio da educação.

A educadora e pesquisadora Kishimotoé reconhecida por sua atuação em práticas pedagógicas inovadoras, que colocam o protagonismo dos estudantes no centro do processo educativo. Seu trabalho se alinha fortemente aos princípios da pedagogia participativa, especialmente ao valorizar ambientes de aprendizagem investigativos, autônomos e criativos. Para Morchida, aprender é um processo ativo, construído coletivamente, e que precisa fazer sentido para quem aprende. Por isso, ela defende que a escola deve ser um espaço vivo, dinâmico e sensível às experiências reais dos estudantes.

Um dos aspectos centrais de sua proposta pedagógica é a valorização dos jogos e das brincadeiras como práticas participativas. Longe de serem apenas momentos de lazer ou "pausas" no currículo formal, essas atividades são entendidas como instrumentos potentes de aprendizagem, capazes de mobilizar saberes diversos, favorecer a cooperação, estimular a resolução de problemas e provocar reflexões significativas.

Segundo Morchida, os jogos especialmente aqueles que envolvem regras compartilhadas, desafios cognitivos e dinâmicas coletivas promovem o engajamento e a participação ativa dos alunos, ao mesmo tempo em que criam espaços de experimentação, negociação e tomada de decisões. As brincadeiras, por sua vez, resgatam dimensões da cultura infantil e juvenil, permitindo que os estudantes se expressem, explorem suas emoções, reconectem-se com sua criatividade e construam sentidos próprios para o que aprendem.

Dentro de uma perspectiva participativa, essas práticas são ainda mais potentes porque envolvem os alunos não apenas como jogadores, mas também como criadores de jogos, organizadores de atividades e avaliadores de suas próprias experiências. Kishimotopropõe que os estudantes participem da elaboração de regras, adaptação de dinâmicas e até mesmo da criação de jogos autorais relacionados aos conteúdos escolares. Dessa forma, eles se tornam corresponsáveis pelo próprio processo de aprendizagem, desenvolvendo competências como colaboração, pensamento crítico, escuta ativa e autonomia.

Além disso, os projetos interdisciplinares sugeridos por Kishimoto frequentemente incorporam jogos como ferramentas para articular saberes de diferentes áreas do conhecimento matemática, linguagem, ciências, história de maneira significativa e contextualizada. Ela defende que esses projetos não devem partir apenas do conteúdo, mas também dos interesses, curiosidades e vivências dos alunos, ampliando o repertório cultural e promovendo aprendizagens que

ultrapassam os muros da escola.

Ao incorporar os jogos e brincadeiras no cotidiano da sala de aula com intencionalidade pedagógica, Kishimoto contribui para uma educação mais humana, lúdica e transformadora, que reconhece o potencial dos estudantes como sujeitos ativos na construção do saber. Sua abordagem reafirma que a participação não é apenas uma metodologia, mas uma ética educacional uma forma de reconhecer os alunos como parceiros do educador na tarefa comum de compreender o mundo e agir sobre.

As educadoras e pesquisadoras Dubovik e Cippitelli discutem, em suas obras e práticas, os fundamentos de uma educação centrada na participação, na escuta ativa e na coautoria do conhecimento. Para elas, o ato de aprender não pode ser compreendido como um processo isolado, individualizado ou linear. Ao contrário, a construção do saber se dá na relação entre sujeitos, por meio da partilha de experiências, da troca de ideias e da convivência permeada por afetos, linguagem e cultura.

A proposta dessas autoras está profundamente alinhada com os princípios da pedagogia participativa, especialmente ao enfatizar que o conhecimento é uma construção coletiva, e que as crianças devem ser reconhecidas como sujeitos competentes, criativos e ativos no processo educativo. Ao proporem práticas que incentivam a expressão das múltiplas linguagens oral, escrita, corporal, visual, musical, digital, entre outras , Dubovik e Cippitelli contribuem para ampliar as possibilidades de participação infantil, permitindo que cada criança se expresse a partir de seus modos próprios de ser, sentir e compreender o mundo.

Além disso, ao valorizarem a experimentação e reconhecerem o erro como parte essencial do processo criativo, as autoras criam condições para que as crianças participem com liberdade, curiosidade e segurança. O erro, nesse contexto, deixa de ser um fracasso a ser evitado e passa a ser compreendido como um momento de descoberta, de aprendizado e de reformulação de hipóteses algo essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia.

As experiências pedagógicas inspiradas por essas ideias envolvem espaços de escuta ativa, rodas de conversa, ateliês criativos, projetos interdisciplinares e situações de investigação abertas, em que as crianças têm voz ativa para levantar hipóteses, tomar decisões, sugerir caminhos e reinterpretar conhecimentos à luz de suas vivências. Essas práticas não apenas reconhecem a criança como alguém que aprende, mas também como alguém que ensina, propõe, intervém e transforma.

Essa ampliação da participação infantil rompe com a lógica da escolarização tradicional, onde os conteúdos são definidos previamente e a criança ocupa um lugar passivo, apenas respondendo a estímulos e tarefas. Em contrapartida, a proposta de Dubovik e Cippitelli convida educadores a organizar ambientes e tempos pedagógicos flexíveis, sensíveis e responsivos, capazes de acolher o inesperado, o diverso e o emergente aspectos essenciais da infância e da aprendizagem significativa.

Ao priorizar o processo sobre o produto, essas experiências valorizam não apenas o que se aprende, mas como se aprende, com quem se aprende e em que contexto. Isso dá visibilidade ao percurso da criança como produtora de cultura, de sentidos e de saberes. A participação, então, não é apenas a presença em atividades planejadas pelo adulto, mas a autêntica inserção da criança nas decisões, interpretações e reconstruções do fazer pedagógico.

Portanto, a contribuição de Dubovik e Cippitelli fortalece a concepção de uma escola que se abre à escuta real das infâncias, reconhecendo que as crianças têm direito à palavra, à criação e à autoria no processo educativo. São práticas que transformam a sala de aula em um espaço de construção conjunta, de respeito às subjetividades e de valorização da diversidade, promovendo uma aprendizagem viva, democrática e profundamente participativa.

Formosinho (2018), educadora que tem forte atuação na área da educação participativa e inclusiva, defende práticas educativas centradas na criança, que respeitem suas vozes e suas culturas, promovendo um ambiente onde todos participam ativamente da construção do conhecimento.

Ela propõe a documentação pedagógica como uma estratégia para tornar visíveis os

processos de aprendizagem, criando pontes entre educadores, alunos e famílias. Essa perspectiva se alinha fortemente com os princípios da pedagogia participativa, ao reconhecer o aluno como sujeito de direitos, saberes e desejos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia participativa não deve ser compreendida como um método fixo ou uma receita pronta a ser aplicada em sala de aula. Trata-se, na verdade, de uma filosofia educativa que orienta e atravessa diversas práticas pedagógicas, respeitando os diferentes contextos culturais, sociais e institucionais onde se insere. Ela parte da premissa de que a criança é protagonista do seu processo de aprendizagem, e que a escola deve ser um espaço de escuta, diálogo e construção coletiva de saberes.

Essa abordagem se sustenta na valorização da participação ativa das crianças em seu cotidiano escolar, reconhecendo-as como sujeitos competentes, capazes de se expressar, de fazer escolhas e de contribuir significativamente para a vida coletiva. A pedagogia participativa propõe, portanto, uma mudança de olhar sobre a infância: em vez de impor conteúdos prontos e engessados, busca-se criar ambientes que estimulem a curiosidade, a autonomia, a colaboração e a criatividade.

As contribuições de estudiosos e pesquisadores como Pikler (2018) (2018), Kallo (2018), Ribeiro (2023), Morchida, Dubovik, Cippitelli e Formosinho (2018) têm sido fundamentais para consolidar essa perspectiva. Suas reflexões apontam caminhos para a construção de uma escola mais democrática, afetiva e atenta às necessidades reais das crianças. Pikler (2018) (2018), por exemplo, enfatiza a importância de respeitar os tempos e ritmos individuais, promovendo um cuidado atento e responsivo desde os primeiros anos de vida. Já os estudos de Formosinho (2018) destacam a centralidade da escuta qualificada e da documentação pedagógica como ferramentas essenciais para promover uma prática reflexiva, colaborativa e significativa. Esses autores nos mostram que é possível e necessário repensar a escola como um espaço de vivência cidadã desde a infância, onde as relações são construídas com base no respeito mútuo, na empatia e na valorização das múltiplas formas de expressão infantil. Ao adotar uma abordagem participativa, a escola deixa de ser um ambiente verticalizado, onde apenas os adultos decidem e ensinam, e passa a ser um território de trocas genuínas, onde todos crianças, educadores, famílias e comunidade são reconhecidos como sujeitos que aprendem uns com os outros.

Essa forma de fazer educação implica também no compromisso com a escuta ativa, com o acolhimento das vozes infantis e com a criação de contextos que favoreçam a liberdade de pensamento, o questionamento e a construção de sentido. É por meio dessa escuta que educadores podem planejar experiências mais ricas e potentes, que estejam verdadeiramente conectadas aos interesses, às necessidades e aos direitos das crianças.

Assim, a pedagogia participativa não apenas transforma as práticas pedagógicas, mas também ressignifica o papel do educador, que passa a atuar como mediador, observador sensível e parceiro na jornada de aprendizagem. Ao mesmo tempo, fortalece o sentimento de pertencimento e de corresponsabilidade entre todos os envolvidos no processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura escolar mais democrática, justa e inclusiva.

Portanto, adotar uma pedagogia participativa é um ato político e ético. É escolher colocar a criança no centro do processo educativo, não como receptora passiva de conteúdos, mas como sujeito ativo, produtor de cultura, de saberes e de significados. É, acima de tudo, acreditar que uma educação mais humanizada, dialógica e respeitosa é não só possível, mas urgente.

Colocar a criança no centro do processo educativo não significa abandonar o papel do educador, mas ressignificá-lo como mediador, escutador e provocador de sentidos. Nesse caminho, a educação se torna, de fato, um ato de participação, construção e transformação. s crianças são naturalmente curiosas, criativas e cheias de potencial. Por isso, não devemos limitar essas características com respostas prontas e adultocêntricas que ignoram suas percepções. Ao contrário, é fundamental nutrir e incentivar esse potencial, oferecendo condições para que sua

criatividade, curiosidade e capacidades se desenvolvam cada vez mais.

Acreditamos firmemente que a criança tem voz, tem desejos, sentimentos e é plenamente capaz de fazer escolhas. Ela não é apenas alguém em processo de formação para o futuro, mas já é uma pessoa completa no presente, com pensamentos próprios, percepções singulares e um modo único de se relacionar com o mundo. Reconhecer a criança como sujeito de direitos e protagonista da sua própria história é um compromisso ético e pedagógico que orienta nossas práticas cotidianas.

A experiência de vivenciar esse processo de pesquisa em nossa escola trouxe aprendizados muito valiosos para nosso crescimento pessoal e profissional. Ao observar, escutar e dialogar com as crianças de maneira atenta e respeitosa, fomos convidados a repensar nossas certezas, ampliar nossos olhares e transformar nossas formas de atuar. Esse percurso nos mostrou o quanto é enriquecedor abrir espaço para que os saberes infantis se manifestem, se desenvolvam e ganhem visibilidade dentro do ambiente escolar

É essencial dar visibilidade às experiências e aos saberes das crianças para que elas sejam reconhecidas, respeitadas e valorizadas em sua totalidade. Quando proporcionamos contextos de escuta ativa, participação e protagonismo, não apenas fortalecemos sua autoestima e autonomia, mas também contribuímos para a construção de uma escola mais justa, democrática e inclusiva. Assim, garantimos seus direitos de forma concreta e significativa, promovendo uma educação que acolhe, respeita e potencializa as múltiplas infâncias e seus modos de ser, estar e aprender no mundo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. Especificidades da ação Pedagógica com os bebês. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS,1., 2010, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte, 2010.

Educação em Revista, Marília, v.23, n. 01, p. 79-98, 2022.96 O currículo do berçário Artigos

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

FINCO, D.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. Conversações de ponta-cabeça sobre crianças pequenas para além da escola. In: FINCO, D.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. (org.). Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015. p. 7-14.

FOCHI, P. S. Ludicidade, continuidade e significatividade nos campos de experiência. In: FINCO,

D.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. (org.). Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015a. p. 221-232.

FOCHI, P.S. A complexa sutileza da ação pedagógica com bebês. In: PEREIRA, A. C. (org.). Atravessamentos: ensino-aprendizagem de arte, formação do professor e educação infantil. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2015b. Disponível em: https://www.researchgate.net/

publication/312213714_A_complexa_sutileza_da_acao_pedagogica_com_bebes. Acesso em: 24 feago. 2025.

FORMOSINHO, J. A Educação em Creche: Os desafios das Pedagogias com nome. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; ARAÚJO, S. B. Modelos Pedagógicos para a Educação em Creche. Porto: Porto, 2018. p. 7-27.

FORMOSINHO, J.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Pedagogias transmissivas e pedagogias participativas na escola de massas. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; PASCAL, C. Documentação

Pedagógica e avaliação na Educação Infantil. Um caminho para a transformação. Porto Alegre: Penso, 2019. p.03-25.

FORNEIRO, L. I. A organização dos espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, M. A. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 229-281.

FREITAS, Anitta Viudes; PELIZON, Maria Helena; CHAVES, Rosa Silvia (Org). Olhares em Diálogo na Educação Infantil: Aproximações com a Abordagem de Emmi Pikler. Porto Alegre: Sá Editora, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia – Sabe-

res Necessários à Prática Educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas,2002.
KISHIMOTO, M. T. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2021.
LOPES, A.C.; MACEDO, E. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.
MALAGUZZI, L. Histórias, idéias e filosofia básica. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 59-104.
MELLO, S. A. Não fazer das palavras um atalho ao conhecimento. In: FARIA, A. L. G.; MELLO,
S. A. (org.). Territórios da Infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas. 2. ed. Araraquara, SP: Junqueira &Marin, 2009. p. 163-172.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base. Acesso em: 24 ago. 2025.
OLIVEIRA, Z. R. (org.). O trabalho do professor na Educação Infantil. São Paulo: Biruta, 2012.
BARBOSA, F. F.; MARQUES, A. C. T. L. OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (org.). Modelos Curriculares para a Educação de Infância. 2. ed. Porto, Portugal: Porto, 2013.
OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. A escola vista pelas crianças. Porto: Porto, 2008b. (Coleção Infância, nº 12).
OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. A formação em Contexto. A perspectiva da Associação Criança. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M. (org.). Formação em Contexto: uma estratégia de integração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p.1-40.
_____Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A.(org.). Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007 p. 13-36.
_____Pedagogia-em-Participação: A perspectiva da Associação Criança. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. O espaço e o tempo na Pedagogia- em Participação. Porto: Porto, 2011. p. 97-117.
OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Pedagogia-em--Participação: Modelo Pedagógico para a Educação em Creche. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; ARAUJO, S. B. (org.). Modelos Pedagógicos para a Educação em Creche. Porto: Porto, 2018. p. 29-55.
_____Perspectiva Pedagógica da Associação Criança: Pedagogia-em Participação. In: KISHIMOTO, T. M.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (org.). Em busca da Pedagogia da Infância: pertencer e participar. Porto Alegre: Penso, 2013. p.188-215.
OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; ANDRADE, F. F. O espaço na Pedagogia-em Participação. In:
_____. (org.). O espaço e o tempo na Pedagogia em Participação. Porto: Porto, 2011. p. 9-70.
_____S. B. Educação em creche: Participação e Diversidade. Porto, Portugal: Porto, 2013.
OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; FORMOSINHO, J. Pedagogia-em-Participação: em busca de uma práxis holística. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; PASCAL, C. Documentação Pedagógica e avaliação na Educação Infantil: um caminho para a transformação. Porto Alegre: Penso, 2019. p. 26-58.
SACRISTÁN, J. G. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, J. G. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.
SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
SPODEK, B.; BROWN, P.C. Alternativas Curriculares na Educação da Infância: uma perspectiva histórica. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Modelos Curriculares para a Educação de Infância. Porto: Porto, 2013. p.13-50.